



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
COMUNICAÇÃO E JUDICIÁRIO: O DILEMA DA (DES)INFORMAÇÃO NA
CONTEMPORANEIDADE

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 06 de março a 06 de abril de 2023		
DATA E HORÁRIO	De 10 de abril até 28 de abril de 2023 Aulas síncronas: 17 e 24 de abril das 10h às 11h30m		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Dilemas de comunicação no Poder Judiciário; o “quarto poder” e o “quinto poder”; o Estado democrático de direito; liberdade de comunicação, de pensamento, de opinião e de sua expressão nas mídias; instâncias de legitimação; casos de comunicação no Poder Judiciário.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: (X) Temas de Direito Constitucional; (X) Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação; Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: (X) Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0; (X) Temas em Ciências Sociais e Políticas; Democracia; Posicionamento Político;		
JUSTIFICATIVA	Vivemos em um Estado Democrático de Direito. Sendo assim, fundamental estudar os principais motivos que geram o surgimento de desinformação e como ela está inserida nos meios de comunicação, tradicionais e digitais. Nesse sentido, importante a abordagem de como magistrados(as) precisam estar preparados(as) para gerenciar crises, entender o momento do Poder Judiciário e as motivações de disseminação de conteúdos de procedência duvidosa. Abordar o contexto da (des)informação, com		

	<p>entendimento das mídias na atualidade, é um compromisso de manter a confiança da sociedade no próprio Poder Judiciário. A democracia precisa ser preservada. É necessário respeito às instituições. A identificação da credibilidade das fontes e das informações também.</p> <p>Com a comunicação pode-se procurar definir uma identidade, na medida em que se propõe a construir e trabalhar a imagem que o Poder Judiciário projeta para a sociedade, garantindo que os(as) magistrados(as) em constante mobilização se expressem frente à sociedade e lhe comuniquem seus relatos. Importante ainda em relação midiática, a procura de garantir a estrutura e a coerência institucional, no caso, o Poder Judiciário, ou a mobilização do ponto de vista da adequada articulação de ações e esforços para alcançar o propósito do processo de comunicação e procurar fazer com que a organização ou a mobilização dos tribunais convoquem e interajam com os seus pares. Afinal, a sociedade atual, apesar de todas as individualidades características, precisa sentir-se convidada a participar do processo de entendimento das vivências diárias do judiciário.</p> <p>Para os(as) magistrados(as), importante se faz a crítica como forma de colaboração com a construção do pensamento contemporâneo. Para isso, a crítica deve ir além do óbvio e quem sabe consiga gerar mais mudanças. Um texto pode esclarecer rotas, assim como também deixar claro onde não se deseja pisar. A sociedade e o Judiciário precisam estar atentos às novas mídias e aos tipos de informação que recebe e produz.</p> <p>O que se espera com a formação é que os estudantes críticos, assim como os(as) magistrados(as) em processos de relacionamento com as mídias, mapeiem os pensamentos como espécie de um texto da cultura, de cultivo da democracia, com a diferença de significados de seus intérpretes, meio para compreender os processos comunicativos. A intenção é de tornar os assuntos relacionados à desinformação e à Comunicação no Judiciário, nas questões interpessoais e interinstitucionais, temas de referência na educação e na prática judicante.</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Ao final do curso, os(as) magistrados(as) estarão preparados(as) a dominar habilidades contemporâneas de avaliação e de entendimento dos desafios da comunicação no e do Poder Judiciário e as questões da desinformação na sociedade contemporânea com combate a notícias falsas. Importante se faz o cumprimento da liberdade de expressão, para, no exercício da função jurisdicional, superar os dilemas advindos da (des)informação.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)</p>	<p>Ao final do Módulo 1, o(a) magistrado(a) será capaz de entender questões relacionadas com os princípios aplicáveis à comunicação, à liberdade de comunicação, de pensamento, de opinião e de sua expressão nas mídias, bem como o direito à informação, com observação dos poderes da mídia com o conceito de “quarto poder” e de “quinto poder” e entendimento das questões da comunicação interpessoal e interinstitucional que envolvem o Poder Judiciário. Além disso, será capaz de verificar as noções sobre democracia e comunicação em um Estado Democrático de Direito.</p> <p>Ao final do Módulo 2, o(a) magistrado(a) será capaz de aplicar as habilidades de identificação de erros e acertos de comunicação. As notícias falsas circulam pelos meios, sendo importante o debate sobre as instâncias de legitimação, seja de uma notícia ou da própria comunicação no Poder Judiciário. Para isso, o(a) magistrado(a) precisa entender conceitos de comunicação e desenvolver habilidades de reflexão crítica, argumentação e demonstração de conhecimentos sobre os processos de (des)informação na contemporaneidade.</p>

DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenador e tutor: Gabriel Henrique Collaço Jornalista profissional. Professor, assessor pedagógico e coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc). Foi assessor de comunicação da Esmesc de 2015 a 2020. É formado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Formador e Tutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), leciona em formações para magistrados em Escolas Judiciais e da Magistratura pelo Brasil. É especialista em Jornalismo Cultural pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), em Metodologia para Educação a Distância, em Docência do Ensino Superior e em Marketing Digital e Comércio Eletrônico pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Professor Convidado do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Santa Catarina (CEAF/MPSC) e do Mestrado Profissional da Enfam/STJ. Autor de livros e de materiais didáticos para ensino presencial e virtual e revisor de periódicos científicos. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p>
AULAS SÍNCRONAS	Gabriel Henrique Collaço
DOCENTE CONTEUDISTA	Gabriel Henrique Collaço
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	<p>A proposta metodológica do presente curso relaciona-se com a proposta político-pedagógica da Emerj, de contribuir para a formação continuada dos(as) magistrados(as), a partir do desenvolvimento dos conhecimentos específicos, de fomento à cultura do debate crítico e do estímulo à busca por contínuo aperfeiçoamento da prática jurisdicional.</p> <p>A implementação dessa proposta está expressa nas atividades a ser desenvolvidas ao longo do curso, que correspondem a dois grupos de estratégias de ensino: as exposições teóricas dialogadas, com o incentivo ao debate em ambiente virtual; e o estudo de caso(s)- problema(s), inspirados em situações da realidade e que objetivam estimular o(a) magistrado(a) à análise dos conceitos jurídicos envolvidos no caso, à interpretação da legislação pertinente e ao raciocínio sobre as decisões possíveis para a situação comunicacional.</p> <p>O formador/tutor será responsável pela avaliação, orientação e acompanhamento do debate, por meio da apresentação de estudos de caso presentes na literatura especializada, reproduzidos em filmes e/ou elaborados pelo docente especialmente para a consecução dos objetivos específicos do curso, com constante incentivo à manifestação da expressão dos participantes sobre os temas e gerenciando a necessidade de manifestar sua própria opinião como ferramenta de estímulo crítica.</p> <p>Este curso é composto por uma Ambientação com duração de dois dias e 2 (dois) módulos de duração de uma semana cada, sendo previsto, no mínimo, 1 (uma) a 2 (duas) horas de estudos diários.</p>

	<p>Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, videoaulas de até 15 (quinze) minutos, fórum de discussão formativa e atividade avaliativa. A interação será motivada pelo diálogo e troca de experiências entre estudantes e tutor e ocorrerá de forma assíncrona (em fóruns na plataforma Moodle e outras ferramentas colaborativas) e síncrona (aulas on-line na plataforma Zoom).</p> <p>Por se tratar de uma modalidade de ensino a distância, o presente curso se vale de vasto material de apoio, tais como: videoaulas, podcasts, artigos, texto base, atos normativos, entrevistas e links com notícias a respeito do tema, entre outros, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo tutor. Todo material estará disponível na plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/).</p> <p>A implementação do curso irá contar com três grupos de estratégias de ensino: a) as exposições teóricas e práticas por meio de vídeos (webaulas gravadas e outros vídeos do YouTube) e material escrito (texto base, artigos, julgados e textos de lei); b) fóruns de debates para a troca de experiências; e c) estudo de caso-problema, inspirado em situação da realidade e que objetiva estimular o(a) estudante à análise dos conceitos jurídicos envolvidos em caso sobre (des)informação, com interpretação da legislação pertinente e ao raciocínio sobre as decisões possíveis para a situação contemporâneas de comunicação.</p> <p>Além disso, no Módulo 1 será utilizada a ferramenta ativa Mural Virtual (Padlet) e no Módulo 2 a ferramenta ativa Glossário. Haverá um encontro síncrono no Módulo 1 e um no Módulo 2 com uso de ferramentas interativas, como o Mentimeter.</p> <p>Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma participativa. Todas as atividades propostas valem pontuação com conceitos conforme descrito no item “Avaliação” deste plano de curso.</p>
PROGRAMAÇÃO	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: de 10/04/2023 a 11/04/2023</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma. Mensagem de boas-vindas do formador/tutor com apresentação do curso.</p>
<p>Módulo 1 Período: de 12/04/2023 a 18/04/2023 Carga horária: 10 horas</p> <p>Encontro síncrono: 17/04/2023, segunda-feira, das 10h às 11h30m</p>	<p>COMUNICAÇÃO E JUDICIÁRIO Ementa: Comunicação e Judiciário; o quarto poder e o quinto poder; o estado democrático de direito; liberdade de comunicação; liberdade de pensamento; liberdade de opinião e de expressão.</p> <p>Videoaula 1 - (12'47") Tema: Princípios e Liberdade Docente: Gabriel Henrique Collaço Conteúdo programático: (Des)informação; notícias falsas; princípios; liberdade/censura; poderes; elementos da comunicação.</p> <p>Videoaula 2 - (12'08") Tema: Os Poderes da Comunicação e do Judiciário Docente: Gabriel Henrique Collaço Conteúdo programático: Estado democrático de direito; Código de ética dos jornalistas brasileiros; comunicação de interesse público, processos de comunicação; pós-verdade; agências de checagem.</p>

	<p>Encontro síncrono: O Dilema da (Des)informação - 17 de abril de 2023, das 10h às 11h30m</p> <p>Docente: Gabriel Henrique Collaço</p> <p>Conteúdo programático: Jornalismo e desinformação; Informação na contemporaneidade; os impactos tecnológicos; o efeito da influência contínua; democracia e as turbulências dos discursos.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão, Mural Virtual (Padlet)</p> <p>Leitura obrigatória: Texto: “Princípios, liberdade e comunicação”, de Gabriel Henrique Collaço Texto: “Democracia e poder”, de Gabriel Henrique Collaço Texto: “Fake News, desinformação e liberdade de expressão”, de José Antonio Dias Toffoli</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento: Texto: “Emoções na montanha-russa”, de Nicolau Sevcenko Livro: “Liberdades”, dos ministros do STF Artigo: “Pós-política e corrosão da verdade”, de Eugênio Bucci, Revista da USP Vídeo: “A importância do jornalismo na era fake news, papo rápido”, do Programa Papo de Segunda Vídeo: “Fake News”, com Pollyana Ferrari Vídeo: “Educação midiática na era das fake News”, com Rogério Christofolletti Livro: BERGER, Jonah. Contágio. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. Livro: FERRARI, Pollyana. Como sair das bolhas. São Paulo: Educ, 2018. Livro: ROBSON, Jon. Humilhado: como a era da Internet mudou o julgamento público. 2. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2016. Livro: ROSLING, Hans; ROSLING, Ola; RÖNNLUND, Anna Rosling. Factfulness: o hábito libertador de só ter opiniões baseadas em fatos. Rio de Janeiro: Record, 2019. Livro: SEGURADO, Rosemary. Desinformação e democracia: a guerra contra as fake news na internet. São Paulo: Hedra, 2021.</p>
<p>Módulo 2 Período: de 19/04/2023 a 25/04/2023</p> <p>Carga horária: 8 horas</p> <p>Encontro síncrono: 24/04/2023, segunda-feira, das 10h às 11h30m</p>	<p>O COMBATE À (DES)INFORMAÇÃO</p> <p>Ementa: Identificação de erros, fake news e acertos de comunicação; instâncias de legitimação, (des)informação no judiciário; dilemas de comunicação.</p> <p>Videoaula - (7’01”) Tema: Como Identificar a Desinformação Docente: Gabriel Henrique Collaço Conteúdo programático: Mensagens desinformativas, informação, notícias, fontes, autorias, intenções textuais; mecanismos de buscas; sensacionalismo; relatos pessoais; enfrentamento à desinformação.</p> <p>Podcast – (4’10”) Tema: Os Tipos de Notícias Falsas Docente: Gabriel Henrique Collaço Conteúdo programático: O compromisso com a verdade; o discurso de ódio; notícias, mídias e veículos de comunicação; fato e fake.</p>

	<p>Encontro síncrono: (Des)informação e casos no Judiciário - 24 de abril de 2023, das 10h às 11h30m</p> <p>Docente: Gabriel Henrique Collaço</p> <p>Conteúdo programático: Baixa atenção nas mídias; características de fatos e de fakes; o erro jornalístico; os diferentes tipos de erro; o ecossistema da desinformação; o poder do fato social; credibilidade.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão, Glossário.</p> <p>Leitura obrigatória: Texto: “Instâncias de legitimação”, de Gabriel Henrique Collaço Texto: “O conto que Kafka não escreveu”, de Luiz Felipe Pondé (Texto de leitura obrigatória para a atividade avaliativa final) Cartilha: “Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake News” Vídeo: “Fato ou Fake – Como identificar se uma mensagem é falsa”, do portal G1</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento: Texto: “A indústria das fake News e o discurso de ódio”, de René Moraes da Costa Braga Texto: “Instrumento para coibir as fake news”, da série (des)informação e eleições – TSE Vídeo: “Pós-verdade, fake news e fake ethics”, de Luis Maurio Sá Martino Vídeo: “A história: um antídoto às fake News, de Luiz Estevam de Oliveira Fernandes Livro: GABRIEL, Martha. Você, eu e os robôs: como se transformar no profissional digital do futuro. São Paulo: Atlas, 2021. Livro: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Livro: PRIOLI, Gabriela. Política é para todos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021.</p>
<p>Módulo de Avaliação Final e de Reação Período: de 26/04/2023 a 28/04/2023 Carga horária: 2 horas</p>	<p>Avaliação Final: Estudo Reflexivo de Caso /Tarefa – Combate à desinformação pelo Poder Judiciário a partir da reflexão da leitura do texto “O conto que Kafka não escreveu”, de Luiz Felipe Pondé.</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Avaliação das Aulas</p>
<p>AValiação (Total 100 pontos)</p>	<p>As atividades avaliativas e seus respectivos valores no curso são:</p> <p>Fórum de Discussão I: 15 pontos</p> <p>Mural Virtual: 10 pontos</p> <p>Aula Síncrona I: 5 pontos</p> <p>Fórum de Discussão II: 15 pontos</p> <p>Glossário: 10 pontos</p> <p>Aula Síncrona II: 5 pontos</p> <p>Estudo de Caso Reflexivo – Tarefa: 40 pontos</p> <p>Total: 100 pontos</p>

CERTIFICAÇÃO

Registro no SIEM

Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão e a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso reflexivo) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
- FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
- DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br

ASSINATURAS

Gabriel Henrique Collaço
Coordenador do curso

Simone Cuber Araujo Pinto
Diretora da DIAPE-DEAMA

Patsy Schlesinger
Diretora do DEAMA-EMERJ

Des. Marco Aurélio Bezerra de Melo
Diretor Geral da EMERJ